

ALEXANDRE SCHUMACHER TRICHES

DIREITO PROCESSUAL

# ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

COLEÇÃO

DIREITO  
PREVIDENCIÁRIO

WAGNER BALERA  
THEODORO VICENTE AGOSTINHO

COORDENADORES

FISCOSOFT

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

*Diretor de Negócios FISCOsoft*  
**Paschoal Naddeo de Souza Filho**

*Diretora Editorial*  
**Marisa Harms**

*Editores:* Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Danielle Oliveira, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

*Assistente Editorial:* Karla Capelas

*Diretora de Operações de Conteúdo*  
**Juliana Mayumi Ono**

*Gerente de Conteúdo FISCOsoft*  
**Vanessa Miranda de Mello Pereira**

*Coordenadora Editorial RT*  
**Juliana De Cicco Bianco**

*Analistas Editoriais:* Amanda Queiroz de Oliveira, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, George Silva Melo, Luara Coentro dos Santos e Rodrigo Domiciano de Oliveira

*Analistas de Qualidade Editorial:* Maria Angélica Leite, Samanta Fernandes Silva e Victor Bonifácio

*Assistente Documental:* Beatriz Biella Martins

*Coordenador de Produção Gráfica e Administrativo*  
**Caio Henrique Andrade**

*Analista Administrativa:* Antonia Pereira

*Assistente Administrativo:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena

*Analista de Produção Gráfica:* Rafael da Costa Brito

*Capa:* Chrisley Figueiredo



**FISCOsoft EDITORA LTDA.**

Av. Doutor Cardoso de Melo, 1855  
 Vila Olímpia – CEP: 04548-005  
 São Paulo – SP  
 Fone/Fax: (11) 2159-0500  
 CNPJ: 02.927.636/0001-09

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

Rua do Bosque, 820  
 Barra Funda – CEP 01136-000  
 São Paulo – SP  
 Tel. 11 3613.8400  
 Fax 11 3613.8450

© Todos os direitos reservados, nos termos da Lei 9.610, de 1998.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Fechamento desta edição: 15.09.2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Triches, Alexandre Schumacher  
 Direito processual administrativo  
 previdenciário / Alexandre Schumacher Triches. – São Paulo : Editora Revista  
 dos Tribunais : FISCOsoft Editora, 2014. – (Coleção de direito previdenciário ; v.  
 1 / Wagner Balera, Theodoro Vicente Agostinho, coordenadores)

Bibliografia.  
 ISBN 978-85-87366-27-6 (FISCOsoft)

1. Direito previdenciário – Brasil 2. Processo administrativo – Brasil I.  
 Balera, Wagner. II. Agostinho, Theodoro Vicente. III. Título. IV. Série.

14-08611

CDU-34:368.4:35.077.3(81)

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Processo administrativo  
 previdenciário : Direito 34:368.4:35.077.3(81)

# Sumário

APRESENTAÇÃO .....	7
AGRADECIMENTOS.....	9
PREFÁCIO .....	11
INTRODUÇÃO .....	17
PARTE 1 – MARCO TEÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO.....	21
1.1 Teoria dos atos administrativos .....	23
1.2 O surgimento da ideia de sujeição dos atos administrativos ao princípio da legalidade e suas consequências.....	25
1.3 A formação do sistema de justiça administrativa.....	27
1.4 O Poder Judiciário no exercício do controle dos atos da Administração Pública .....	29
1.5 Afinal, o controle dos atos administrativos no âmbito do Poder Executivo possui natureza jurisdicional? .....	30
1.6 O desenvolvimento de sistemas jurisdicionais administrativos pelo mundo.....	35
1.7 Sistema de jurisdição administrativa no Brasil .....	37
1.8 Conceito de processo administrativo .....	40
1.9 Distinções entre processo e procedimento administrativo.....	42
1.10 Espécies e classificação dos processos administrativos .....	43
1.11 Contextualizando o direito processual administrativo previdenciário.....	45
1.12 Princípio da cooperação jurisdicional previdenciária.....	50

PARTE 2 – DINÂMICA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA .....	61
2.1 Da fase inicial do processo .....	65
2.1.1 Da instauração .....	68
2.1.2 Da legitimidade.....	71
2.1.3 Da formalização do processo .....	72
2.1.4 Do impedimento e da suspeição .....	74
2.1.5 Da comunicação dos atos processuais .....	75
2.1.6 Categorização do direito processual administrativo previdenciário .....	76
2.1.6.1 Para fins de concessão de aposentadoria por invalidez.....	76
2.1.6.2 Para fins de concessão de auxílio-doença .....	78
2.1.6.3 Para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição .....	82
2.1.6.4 Para fins de concessão de aposentadoria por idade .....	85
2.1.6.5 Para fins de concessão de aposentadoria especial..	86
2.1.6.6 Para fins de concessão de salário-maternidade.....	88
2.1.6.7 Para fins de concessão de auxílio-acidente .....	90
2.1.6.8 Para fins de concessão de auxílio-reclusão.....	91
2.1.6.9 Para fins de concessão de pensão por morte.....	93
2.1.6.10 Para fins de concessão de salário-família .....	94
2.1.6.11 Para fins de certificação de tempo de contribuição .....	95
2.1.6.12 Para fins de isenção de imposto de renda.....	96
2.1.6.13 Para fins de concessão do adicional previsto no art. 45 da Lei 8.213/1991 .....	96
2.1.6.14 Para fins de ajuste de CNIS.....	97
2.1.6.15 Para fins de revisão administrativa .....	99
2.1.6.16 Para fins de cópia, carga e vista de processo .....	102
2.1.6.17 Do processo administrativo para fins de concessão de benefício assistencial ao idoso e ao deficiente..	104
2.2 Fase instrutória do processo administrativo previdenciário de benefício .....	117
2.2.1 Do impulsionamento de ofício .....	117

2.2.2	Dos meios de prova .....	117
2.2.2.1	Carteira de Trabalho e Previdência Social .....	117
2.2.2.2	Guia da Previdência Social .....	118
2.2.2.3	Cadastro Nacional de Informações Sociais .....	118
2.2.2.4	Laudo técnico de condições ambientais do trabalho .....	119
2.2.2.5	Perfil profissiográfico previdenciário .....	119
2.2.2.6	Laudo médico .....	121
2.2.2.7	Comunicação de acidente do trabalho.....	121
2.2.2.8	Certidões e declarações.....	123
2.2.2.9	Outros meios de prova .....	123
2.2.3	Dos procedimentos probatórios.....	124
2.2.3.1	Da justificação administrativa .....	124
2.2.3.2	Da pesquisa externa .....	127
2.2.3.3	Do exame médico-pericial.....	128
2.3	Da fase decisória do processo administrativo previdenciário de benefício.....	129
2.3.1	Da entrega da melhor prestação previdenciária .....	129
2.3.2	Do prazo para decisão.....	130
2.3.3	Do silêncio administrativo.....	131
2.3.4	Da fundamentação da decisão .....	132
2.4	Da fase recursal do processo administrativo previdenciário de benefício .....	132
2.4.1	Da estrutura organizacional do Conselho de Recursos da Previdência Social .....	132
2.4.2	Organização administrativa do Conselho de Recursos da Previdência Social.....	133
2.4.3	Da tramitação do processo no Conselho de Recursos da Previdência Social.....	134
2.4.4	Dos efeitos dos recursos.....	137
2.4.5	Do direito de retratação.....	137
2.4.6	Da ação judicial idêntica.....	137
2.4.7	Da sessão de julgamento.....	138
2.4.8	Das decisões em âmbito recursal administrativo .....	140
2.4.9	Dos embargos de declaração .....	141
2.4.10	Do erro material.....	141
2.4.11	Da revisão de ofício .....	141

2.4.12	Da formação jurisprudencial administrativa .....	142
2.4.13	Da uniformização em tese da jurisprudência.....	142
2.4.14	Da reclamação ao Conselho Pleno .....	143
2.5	Da fase de cumprimento do processo administrativo de benefícios previdenciários.....	144
2.5.1	Da reclamação .....	145
2.5.2	Da redistribuição do processo para outro Estado .....	145
<b>PARTE 3 – IDENTIFICAÇÃO DE CAUSAS LITIGIOSAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO DE BENEFÍCIO .....</b>		<b>147</b>
3.1	Da inadequação dos atos legislativos normativos à jurisprudência consolidada dos tribunais superiores .....	149
3.2	Subjetivação e cultura de indeferimento de benefícios no processo administrativo previdenciário de benefício .....	150
3.3	Das dificuldades operacionais atinentes ao exame médico-pericial..	158
3.4	Da falta de fundamentação da decisão administrativa no âmbito do processo previdenciário .....	164
3.5	Das dificuldades operacionais no processamento da justificação administrativa previdenciária .....	166
<b>PARTE 4 – INSTRUMENTOS DE AÇÃO PARA REDUÇÃO DE LITIGIOSIDADE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO DE BENEFÍCIO .....</b>		<b>173</b>
4.1	Monitoramento do processo administrativo previdenciário de benefício .....	175
4.2	Da definição de novos procedimentos operacionais alternativos para o reconhecimento de direitos no processo administrativo previdenciário de benefício.....	176
4.3	O Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS como mecanismo de efetivação de uma melhor operacionalização do processo administrativo previdenciário de benefício .....	180
4.4	A efetivação dos serviços previdenciários como forma de redução da litigiosidade no processo administrativo previdenciário de benefício .....	185
<b>CONCLUSÃO.....</b>		<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>		<b>191</b>